



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica Administrativa
CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 25ª Reunião Ordinária

Data: 17/02/2009, das 09:00 às 13:00h.

Local: Auditório da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres – SPM/PR

Participantes:

- Ana Koatz – MCid
- Berenice Rosa - Fórum organismos/municípios
- Célia Maria Farias Vieira – MDS
- Daiane de Oliveira Lopes – MEC
- Daniella Cancela Cronemberger – MPOG
- Elisabeth Marins – Ipea
- Fábiana Oliveira – SPM
- Flávia Teixeira Guerreiro – SPM
- Inajara Ferreira – MJ
- Joyce Del Frari Coutinho – Secom/PR
- Lara Gama de A. Cavalcanti – IBGE
- Lidiane Gonçalves - MS
- Lourdes Bandeira – SPM
- Lúcia Helena Rincon Afonso – CNDM
- Luciana Fonseca - MS
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Márcia Leporace – SPM
- Márcia Vasconcelos - OIT
- Maria Cláudia Canto Cabral – MinC
- Marisilda Brochado – MS
- Nina Madsen – SPM
- Renata Leite – MDA
- Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – CNDM
- Rosana de Almeida Antunes – MME
- Taís Cerqueira Silva – SPM
- Thaís S.P. Werneck – MinC

1. Informes Gerais

A 25ª Reunião teve início com a leitura da pauta de reunião pela coordenadora do Comitê. Logo em seguida, deu-se abertura aos informes de eventos e programações a serem realizadas pela SPM, no mês de março. Dentre eles, o lançamento do site do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, em 9 de março às 15h no Palácio do Planalto. E, ainda, Seminário sobre Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, em 10 de março, que contará com a presença de pesquisadoras e feministas francesas e brasileiras. A representante do Observatório ressaltou a importância do projeto do site e solicitou às participantes que enviassem a programação dos eventos locais para que sejam disponibilizados no endereço eletrônico.

Uma das representantes do MS relatou sobre um Projeto de Lei, de autoria do Dep. Federal Talmir, do PV, membro da bancada fundamentalista do Congresso Nacional, que veda o financiamento de ações de planejamento familiar no Brasil com recursos de organismos internacionais. Ressaltou, ainda, que essa proibição afetaria diretamente todas as ONGS feministas que recebem verbas de entidades internacionais. Em face da pouca divulgação desse PL pelos meios de comunicação, e diante do impacto que isso terá para a saúde pública, está sendo preparado um informe para toda a sociedade civil.

Constou, ainda, o informe do município de Campinas, que, como relatado pela representante dos organismos municipais, é o primeiro a ter uma lei de redução de danos do aborto ilegal. A Coordenadoria da Mulher se empenhou muito na discussão, trazendo, para as audiências públicas, especialistas no tema para um debate amplo da questão, que resultou na lei, já sancionada pelo prefeito. E, a partir de março, a Coordenadoria fará capacitação em gênero dos profissionais de saúde para o acolhimento das mulheres que praticaram a interrupção da gestação. Pretende-se, assim, reduzir as consequências do aborto ilegal.

A representante do MME informou que as comemorações do 8 de março serão marcadas pelos 5 anos de existência do Comitê de Gênero do MME e vinculadas, cuja primeira Assembléia de 2009 será realizada em Recife na primeira semana de março. A representante do MJ informou também que o Ministério também está construindo uma programação para os dias 09 e 10 de março, com foco no programa Mulheres da Paz do Pronasci, além de um Encontro com mulheres policiais de todo o Brasil.

Uma representante do CNDM alertou para o caso de Jundiaí, com relação a proibição à distribuição de contraceptivos de emergência pela rede pública e privada de serviço de saúde do município. Diante disso, o Ministério Público do Estado de São Paulo entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado para derrubar a medida proibitiva. Nesse sentido, organizações não governamentais de proteção à mulher pleitearam a assistência como *Amicus Curie*, a fim de oferecer maiores informações acerca da matéria discutida.

A coordenação do Comitê informou que haverá um acompanhamento da frequência das/os integrantes do Comitê nas reuniões, uma vez que não houve presença de alguns ministérios nas últimas reuniões. O acompanhamento deverá seguir o que foi estabelecido no Art. 12 do Regimento Interno do Comitê.

Por fim, a representantes da SPM que coordena o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero fez um relato sobre a reunião de pactuação do Observatório realizada nos dias 09 e 10/02 e solicitou que as/os integrantes do Comitê enviassem lista de eventos, notícias, artigos e publicações para alimentar o site do Observatório.

2. Aprovação da memória da 24ª reunião do Comitê.

A memória foi aprovada com ressalvas, posto que a representante da OIT pediu pela retificação do texto da página 2 (dois), alegando que não era ela quem estava presente na reunião conforme descrito nas 5 (cinco) primeiras linhas daquela página e, sim, uma representante do UNIFEM.

3. Documento de avaliação do I PNPM

Uma das representantes da SPM informou que o documento de avaliação dos três anos de implementação do I PNPM ainda precisava ser concluído e que, por isso, seria encaminhado por e-mail às/aos representantes do Comitê para envio de alterações no próprio texto (controle de alterações) até 20/03, para que o documento pudesse ser fechado na próxima reunião. Solicitou ainda que as representantes do Fórum de Organismos e do CNDM fizessem uma análise das partes relativas a “Transversalização vertical: a estratégia de pactuação com estados e municípios” e “Cooperação Estado e Sociedade Civil”.

4. Monitoramento das ações prioritárias

Nesse item da pauta, o consultor contratado pela SPM apresentou um esboço do novo sistema da SPM (Simec) de monitoramento do PNPM. Como o sistema ainda não estava pronto, foi feita a apresentação do manual operacional do sistema por meio de *slides*. O treinamento prático do sistema será realizado futuramente no laboratório de informática da Presidência da República. A exposição consistiu no passo a passo do cadastro do sistema; da seleção das ações prioritárias, e ainda, os seus lançamentos, resultados e execuções. Em seguida, as representantes fizeram as seguintes considerações:

- O sistema exibe a cada ação, diversos itens que aparecerão como abas, os quais deverão ser selecionados na tela do sistema, dentre eles: as abas de parceiros, organização, modo de execução (direto e repasse), público beneficiário, inserção de documentos (instrumentos legais e de trabalho), ações prioritárias (ano e região) e orçamentária, na qual será informado o valor da ação executado, ou se não for possível separar orçamento por ação, deverá ser informado de forma global. Essa aba de orçamento é dividida em dois campos a serem preenchidos, um valor para o tipo de ação preenchida ou o valor global para o PNPM e, se não é possível separar deverá ser marcada uma outra opção. Desse modo, ao final será demonstrado o total geral e, poderá, ainda ser gerado um comparativo entre o orçado e executado. Essa última foi bastante questionada na apresentação, uma vez que o termo executado estava sendo usado equivocadamente como sinônimo de empenhado. Então, será criada a coluna de liquidado, além da coluna de empenhado.
- As representantes da SPM ressaltaram que deverão ser incluídos ainda no sistema os campos relativos ao PPA, resultados e restrições. Enfatizaram também a importância de se preencher trimestralmente as informações relativas aos resultados e restrições, para seja possível um acompanhamento mais efetivo do Comitê em relação à implementação das ações.
- Quanto aos perfis do sistema, as participantes questionaram se o coordenador de órgão deverá aprovar as ações inseridas pelo apoio ao coordenador. E, ainda, se poderá haver mais de um coordenador. Cada Ministério deverá indicar as pessoas responsáveis para a alimentação do sistema. Uma representante da SPM propôs, então, que cada representante e respectiva/o suplente fossem cadastradas como coordenadoras de órgão e que delegassem o perfil de apoio ao coordenador a outras pessoas do órgão que pudessem ajudar no preenchimento das informações, sendo no máximo 3 pessoas. Os nomes deverão, portanto, ser encaminhados por e-mail à SPM, para a representante responsável. Outra representante da SPM levantou a preocupação de se ter informações replicadas, no caso dos órgãos com várias pessoas cadastradas no sistema. Foi sugerido, portanto, que as representantes no Comitê distribuíssem as ações a serem preenchidas, conforme a competência da área de cada pessoa no órgão.
- Em março será realizada a capacitação do sistema. As participantes do treinamento, que serão as mesmas que terão acesso ao sistema, deverão encaminhar os nomes até final de fevereiro.
- Questionou-se, ainda, sobre a inserção dos documentos e se poderiam ser acessados e impressos por quem tem apenas o perfil de consulta. A princípio,

segundo o consultor, o perfil de consulta poderia ter acesso à documentação anexada ao sistema.

- Em face da necessidade de se criar instâncias interlocutoras nos Ministérios, a representante do MCid sugeriu a publicação de uma norma para dar respaldo à criação dos Comitês de Gênero nos Ministérios. Uma das representantes da SPM informou que a Secretaria não poderia publicar uma norma nesse sentido, inclusive porque cada Ministério tem a sua dinâmica interna e esta poderia não ser uma estratégia válida para todos os órgãos. A representante da OIT sugeriu que fosse resgatada a discussão sobre este assunto feita na Conferência Governamental em 2007, pois ela acredita que tenha sido elaborada uma resolução, que poderia ser utilizada pelo Comitê. Após o debate, foi proposta, portanto, a elaboração de uma resolução como estratégia para recomendar a criação de Comitês de Gênero. Porém, como foi questionada a competência do Comitê para tanto, definiu-se que a SPM irá elaborar uma proposta de carta recomendando a instalação dos comitês a ser aprovada pelo Comitê e encaminhada pela Ministra.

Finalmente, foram acordados os seguintes prazos: 20/02 para que os órgãos enviassem os nomes das pessoas que serão cadastradas no sistema; e, 05/03 para realização do treinamento do sistema.

5. Definição de ações prioritárias para 2009

Neste ponto de pauta, foi informado que as ações prioritárias de cada órgão para 2009 deverão ser definidas diretamente no sistema, não sendo mais necessário o envio da lista de ações para a SPM.

Além disso, uma das representantes da SPM sugeriu que o Comitê tivesse uma atuação mais estratégica em 2009 no que se refere ao monitoramento das ações implementadas no âmbito do PNPM. Dessa feita, a SPM sugeriu que as representantes definissem 2 ou 3 programas ou ações relevantes em seu órgão, para que, ao fim, sejam selecionados ao menos dois programas para serem objeto de uma avaliação mais qualitativa, a ser contratada pela SPM. Destacou que os órgãos devem pensar também em programas e ações que ainda não incorporaram o enfoque de gênero, mas que têm grande impacto na vida das mulheres. Nessa direção, a representante da OIT destacou também que estas avaliações poderão contribuir para a discussão sobre como tratar as especificidades nas políticas universais de superação da pobreza e das desigualdades sociais.

A representante do MDS ressaltou que o Ministério conta com uma Secretaria que trata especificamente da avaliação de suas políticas e programas e que, portanto, talvez não seja interessante contratar avaliações dos programas do MDS com recursos da SPM. Entretanto, destacou que seria muito importante que o Comitê pudesse fazer recomendações ao MDS para garantir a abordagem da questão de gênero nas avaliações contratadas, possibilitando a incorporação do impacto dos programas na vida das mulheres. No caso do MCid, a representante sugeriu que fosse feita uma avaliação das ações de habitação, regularização fundiária e urbanização de favelas no âmbito do PAC. A representante do MEC informou que iria conversar com a equipe da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) sobre os programas ou ações que o Ministério poderá sugerir para ser objeto de avaliação. Uma das representantes da SPM ressaltou que estas avaliações poderão ser utilizadas como estratégia de sensibilização dos órgãos para incorporar a perspectiva de gênero em suas políticas.

Finalmente, foi proposto também que, em 2009, fizesse reuniões temáticas, nas quais fossem discutidas grandes ações do governo federal, a exemplo da discussão feita em 2008 em relação ao atendimento de mulheres em situação de violência nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

6. Construção dos planos estaduais e municipais

Para estimular a construção dos planos estaduais e municipais, foi proposto que o Comitê realizasse encontros regionais, com a participação das representantes do governo federal, dos organismos de políticas para as mulheres e da representação da sociedade civil. Nessa direção, definiu-se que, no primeiro semestre, os encontros serão realizados no nordeste e centro-oeste e, no segundo semestre nas demais regiões. A coordenação do Comitê solicitou que as representantes levassem esta demanda aos seus órgãos, para que seja possível a apresentação das principais ações do PNPM nos diferentes setores, garantindo, assim, uma participação efetiva do governo federal. Por último, a representante da OIT sugeriu uma parceria com o estado da Bahia, pois este tem se colocado à frente nas questões atinentes à construção e implementação da Agenda de Trabalho Decente.

7. Próxima reunião

Conforme acordado, a próxima reunião ordinária será realizada no dia 26/03. Ao final foram apresentados o filme e o *spot* de rádio da Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e Floresta.